

A MULHER NA POLÍTICA INSTITUCIONAL POTIGUAR: UMA ANÁLISE SOBRE A VIVÊNCIA DAS ELEITAS AO LEGISLATIVO MUNICIPAL

2

Helena Grazyelle Nascimento Oliveira (helenagno08@gmail.com)¹

Rocelly Dayane Teotonio da Cunha (rocellycunha@gmail.com)²

Resumo: O presente artigo aborda a inserção da mulher na política institucional do Rio Grande do Norte e sua história de pioneirismo. Busca investigar a representatividade das potiguares na política institucional do estado analisando o percurso histórico a partir das desigualdades entre os gêneros, tendo como base o método Materialista Histórico Dialético. Para o alcance desses objetivos, analisa documentos históricos disponibilizados na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte e realiza entrevistas semiestruturadas com as parlamentares eleitas vereadoras pelo estado potiguar nas eleições de 2016, ano do golpe que destituiu a primeira mulher eleita Presidente do Brasil. O estudo concluiu que há uma relação dialética entre representatividade, políticas públicas e participação ativa, todavia não se faz suficiente para implicar a abertura concreta de mais espaço na política para mulheres, bem como a superação das relações desiguais que as subjagam.

Palavras-chave: mulher; pioneiras norte-rio-grandenses; gênero; política.

WOMEN IN POTIGUAR INSTITUTIONAL POLITICS:
AN ANALYSIS ON THE EXPERIENCE OF THOSE
ELECTED TO THE MUNICIPAL LEGISLATIVE

Abstract: This article addresses the insertion of women in institutional politics in Rio Grande do Norte (RN) and its pioneering history. We sought to investigate the representativeness of potiguares in the institutional policy of the state, analyzing the development of the historical course from the inequalities between genders, basing such analysis on the Dialectical Historical Materialist method. In order to achieve these objectives, a documentary analysis of historical documents made available to the Legislative Assembly of Rio Grande do Norte and semi-structured interviews with parliamentarians elected councilors by the Potiguar state in the 2016 elections, the year of the coup that removed the first woman elected President of Brazil, were carried out. It is concluded that there is a dialectic relationship between representativeness, public policies and active participation, however, it is not enough to imply the concrete opening of more space in politics for women, as well as, in overcoming the unequal relations that subjugate them.

Keywords: woman; rio grande do norte's pioneers; gender; politics.

1 INTRODUÇÃO

Ao resgatar historicamente as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na política brasileira, identifica-se um ambiente hostil e opressor, fundamentados em estruturas patriarcais que reforçam o vetor

¹ Psicóloga e Mestra em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

² Psicóloga, Doutora em Psicologia e Docente do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNIRN).

dominação-exploração sob as mulheres no espaço público. Nesses espaços, os discursos fazem uso de argumentos naturalistas e biologizantes que reproduzem a opressão do homem sobre a mulher com a justificativa da inferioridade feminina para consolidar essa estrutura (SAFFIOTI, 2004).

O Brasil representa o retrato de um país em que o poder ainda é um domínio hegemonicamente masculino (BRASIL, 2015). Os resultados das eleições de 2012 e 2016 ilustram bem a realidade da mulher na política institucional nacional. Na eleição de 2016, 52,20% do eleitorado brasileiro era do sexo feminino. Entretanto os homens ocuparam majoritariamente 88,43% dos cargos ofertados para prefeito(a) e 86,49% das cadeiras de vereadores(as) em todo o país (RIO GRANDE DO NORTE, 2017).

O Rio Grande do Norte (RN) é um dos estados com maiores índices de mulheres eleitas, e ainda assim é alarmante a baixa porcentagem da categoria feminina que consegue se eleger. Nas eleições de 2016, das 167 vagas para o cargo de prefeito(a), apenas 46 mulheres foram eleitas, em comparação aos 121 homens que conseguiram eleger-se, o que equivale a uma porcentagem de aproximadamente 27,54% das vagas ocupadas por mulheres. O índice das vagas para vereadores(as) é ainda menor, 349 mulheres dentre os 1.291 eleitos, uma taxa de 21,28%, aproximadamente (RIO GRANDE DO NORTE, 2017).

Apesar dos baixos índices de eletividade das mulheres no RN, a história da inserção feminina na política em solo Potiguar é repleta de protagonismo. A Lei estadual n. 660 — em exercício a partir do dia 25 de outubro de 1927 — reconheceu o direito de votar e de serem votadas às mulheres do estado potiguar, caracterizando uma abertura política que serviu para intensificar a tomada de consciência dessas mulheres (RIO GRANDE DO NORTE, 2017).

O Rio Grande do Norte se consagrou como pioneiro na inserção das mulheres na política institucional em nível estadual, nacional e até mesmo internacional (FERNANDES, 2004). Atualmente esse estado possui um eleitorado do sexo feminino (52,55%) quantitativamente maior em relação ao do sexo masculino (RIO GRANDE DO NORTE, 2017). É necessário atentar para a investigação dos motivadores que distanciam os mais de 52% da população potiguar da atuação na política.

Se o baixo índice de atuação político-institucional das mulheres implica uma baixa representatividade político-social das mesmas, é primordial o questionamento a respeito das estruturas naturalizadas que as distanciam do espaço

público. De acordo com Hirata e Kergoat (2007), essa desigualdade deve-se à divisão de função e papéis atribuídos aos sexos, por meio da divisão sexual do trabalho: aos homens tem sido reservado o espaço público e às mulheres a submissão no espaço doméstico.

A sub-representação feminina no Parlamento está permeada por bases sexistas e machistas, que resultam em séculos de discriminação imposta ao gênero feminino, havendo a necessidade de uma reestruturação social com mudanças, também, de cunho cultural, para que os âmbitos políticos e econômicos possam ser uma ferramenta de equidade (BRASIL, 2015). Tendo em vista a problemática apresentada anteriormente, esta pesquisa definiu como objetivo central investigar os principais elementos que compõem a representatividade das mulheres eleitas vereadoras na política institucional do RN.

Enquanto objetivos específicos têm-se: localizar no âmbito político-institucional potiguar os componentes principais das relações hierárquicas de gênero e correlacionar tais relações desiguais com os baixos índices de eletividade feminina no RN nas eleições de 2016; identificar os aspectos que permeiam o espaço de fala destinado às mulheres já inseridas na política institucional norte-rio-grandense; e, também, constatar os impactos sociais gerados pela escassa inserção e atuação político-institucional das potiguares.

2 PERCURSO METODOLÓGICO TRAÇADO

O presente trabalho possui natureza qualitativa, que consiste em uma pesquisa descritiva ao acreditar que a relação entre sujeito e mundo não pode ser limitada à quantificação (GIL, 1994). Dois instrumentos de coleta foram utilizados, sendo o primeiro o método de análise documental, que se constitui como técnica complementar que desvela novos aspectos de um tema ou problema (LÜDKE; ANDRÉ, 1986) ao utilizar informações de fontes primárias, isto é, documentos que ainda não receberam tratamento analítico (SEVERINO, 2007). Os documentos analisados foram coletados mediante pesquisa de campo no Memorial da Mulher, localizado dentro da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, em Natal-RN, em 2017, e consistem em arquivos documentais que narram a história das mulheres potiguares pioneiras na política.

Como segundo método de coleta utilizado, optou-se pela realização de entrevista semiestruturada, que se caracteriza por conceder ao entrevistado a

decisão de construir a resposta (LAVILLE; DIONE, 1999 *apud* MATTOS, 2005) com base em um roteiro de questões pré-determinadas. Um total de 7 (sete) mulheres eleitas ao legislativo municipal como vereadoras pelo estado potiguar nas eleições 2016 foram entrevistadas, tendo como guia um roteiro de entrevistas norteado por pautas.

A escolha por entrevistar as eleitas em 2016 se deu principalmente por ser o estado potiguar o que mais elegeu mulheres, em comparação aos demais estados do país durante as eleições do legislativo municipal, mas também levando em consideração a importância da história material e simbólica que se construiu no referido ano: a destituição da primeira mulher eleita presidente do Brasil por meio de golpe institucionalizado e aparatado pelo próprio Estado, conforme explicitado por Biroli (2018).

Já a escolha de atentar para as eleitas ao legislativo municipal se fundamentou no interesse de identificar se o pioneirismo das norte-rio-grandenses tem reverberado de alguma forma na atuação das vereadoras nos diversos municípios do estado, levando em consideração a possibilidade destas em participar ativamente na construção de leis, o que durante muitos séculos não foi possível. Apesar da tentativa de entrevistar eleitas de diversos municípios do estado, diante da dificuldade de contato com as parlamentares, só foi possível entrevistar aquelas que atuavam na capital Natal, na cidade vizinha Parnamirim e em Nova Cruz, cidade localizada no interior do agreste potiguar.

Os dados coletados foram analisados pela perspectiva das lentes teóricas do feminismo marxista e apoiados na teoria marxiana, norteado pelo método materialista histórico-dialético, compreendido como uma forma de analisar a realidade a partir da confrontação de teses, hipóteses ou teorias. Para Hegel existem três momentos básicos no método dialético: a tese, a antítese e a síntese (FERREIRA, 2013). Entretanto é a partir de Karl Marx que a dialética se torna Método Científico (THALHEIMER, 1979).

Marx, ao desenvolver o método dialético, resultou no método materialista histórico-dialético, que consiste na interpretação da realidade, visão de mundo e ação. Realizou a interpretação da dialética para Hegel atribuindo um caráter material e histórico, ou seja, os homens se organizam enquanto sociedade através da produção e reprodução, bem como se organizam através da história (PIRES, 1997). Tal método objetiva descobrir “as leis fundamentais que

definem a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade” (PIRES, p. 87, 1997).

De acordo com Zago (2013), Kosik (1976) entende que a realidade possui como elemento constituinte o fenômeno e a essência, em que o método dialético permite buscar as relações concretas e efetivas por trás dos fenômenos. De acordo com o método materialista histórico-dialético, apesar do conhecimento se construir através do pensamento, ele é social e pode ser um reflexo da sociedade se o processo de análise for feito de forma correta (ZAGO, 2013).

Quanto à estrutura, o presente artigo se divide em duas seções: uma teórica, intitulada “Divisão sexual do trabalho e a mulher na sociedade”, em que foi realizado o resgate histórico das condições que contribuíram para a situação desigual das mulheres potiguares na política, complementado pelos dados identificados e analisados na pesquisa documental; e a segunda, destinada à análise das entrevistas realizadas “Apartadas: uma análise da experiência”.

3 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A MULHER NA SOCIEDADE

A sociedade humana é mutável e transitória, ou seja, possui diferentes formas de organização, de acordo com a relação dialética exercida com o meio. É impossível remeter ao espaço da mulher no âmbito político sem compreender o percurso histórico de produção das desigualdades e violências que subjugam e inferiorizam o sexo/gênero feminino. Tais produções desiguais citadas anteriormente possuem uma base em comum: as relações sociais de sexo, que advém das relações sociais. Essa última, respectivamente, possui diferentes formas de funcionamento, que são a base da organização social, ou seja, manifestam-se de formas diversas. A relação social é, segundo Kergoat (2002), uma *tensão* que atravessa o campo social e produz determinados fenômenos sociais.

O trabalho aparece como motor da *tensão* entre os grupos e atinge dois planos: o coletivo e o individual (KERGOAT, 2002). No primeiro, estão inseridos os campos Profissional e Doméstico, sendo possível relacionar ao significado que Marx (1983 *apud* NETTO; BRAZ, 2006) atribui ao processo de Produção do Trabalho no sentido *laboral* e se expressa sob o véu da alienação gerada pelo modo de produção capitalista. Já o plano individual é o trabalho não somente modificando o ambiente, mas também a modificação do sujeito através dele

(KERGOAT, 2002), que expressa a relação dialética, conceituada por Marx (1983 *apud* NETTO; BRAZ, 2006), entre Homem e Natureza.

De acordo com Marx (1983), o Trabalho é a transformação da natureza, uma característica específica das relações humanas. É também o processo histórico pelo qual o Ser Humano se constitui enquanto Ser Social, através da satisfação material de suas necessidades. O homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza, numa relação dialética com a matéria, e, na medida em que a transforma, o sujeito é transformado por ela. Tal mediação é realizada com o auxílio de instrumentos que são direta ou indiretamente elaborados pelo sujeito (NETTO; BRAZ, 2006).

Para Kergoat (2002, p. 3), o Trabalho é a produção de vivência, relaciona-se direta e dialeticamente com as relações sociais, sendo *desafio* das relações sociais de sexo. Ao produzir a sociedade, reproduzi-la e inventar novas configurações de pensar e agir, “os seres humanos estão em confronto permanente”. Tal confronto atua em torno dos desafios oriundos da dinâmica das relações sociais, constituindo, então, os grupos sociais.

As relações sociais de sexo provenientes das relações sociais definem a forma de divisão social do trabalho que se caracteriza pela destinação dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, em que a condição de parideira concede submissão. Segundo Marx e Engels (1977, p. 70), “a primeira divisão do trabalho é a que se faz entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”.

Homens e mulheres não são uma coleção — ou duas coleções — de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa: divisão sexual do trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2007; KERGOAT, 2002).

Em conformidade com Kergoat (2002), é possível entender a divisão sexual do trabalho como algo mutável, que possui e expressa modalidades diversas através do tempo e das sociedades. Dois princípios organizadores se expressam na Divisão Sexual do trabalho: o princípio de Separação, havendo a categoria de trabalhos para homens e trabalhos destinados às mulheres, e o princípio

Hierárquico, apresentando maior valoração à categoria do trabalho realizado pelo Homem em comparação com a categoria atribuída à mulher.

Seguindo a linha *teórico-metodológica* de Kergoat (2002), é visível uma estrutura que segue um padrão respectivo, ou seja, as relações sociais sendo permeadas pelas relações sociais de sexo, que, por conseguinte, especificam-se na divisão sexual do trabalho. As relações sociais de sexo fazem uso do conceito de gênero¹ e dos papéis sociais atribuídos a ele para fortalecer o arcabouço de sua divisão sexual.

Saffioti (2004) entende gênero como algo mais amplo, que sempre permeou as relações sociais das diferentes civilizações, entretanto sem necessariamente se expressar de forma desigual, o que é extremamente importante para encarar a subordinação das mulheres até os dias de hoje como algo passível de mudança.

O determinismo em afirmar que todas as sociedades fazem uso do gênero para dominar e explorar o sexo feminino apenas naturaliza a opressão (SAFFIOTI, 2004 *apud* OSTERNE; SILVEIRA, 2012). Nem sempre as relações entre os sexos/gêneros se estruturaram de formas desiguais. Estudos antropológicos mostram que nas sociedades primitivas, em determinados períodos, teria predominado o matriarcado (ENGELS, 1884; MURARO, 1997).

Posteriormente, Saffioti (2004) realiza uma crítica à teoria Weberiana² por considerá-la rasa e naturalizante e resgata o conceito de patriarcado ao concebê-lo como um caso específico das relações de gênero, sendo um modelo social, familiar e econômico que se fundamenta na subjugação do sexo feminino. Um dos vários pontos em comum na concepção teórica das duas autoras é que, para Barbieri (1993), não houve uma modificação da estrutura atual em essência, existindo, ainda, uma herança dessas sociedades patriarcais. Em similaridade, Saffioti (2009) considera que a base material patriarcal não foi destruída.

No Brasil, Gilberto Freyre (1986), se propôs a estudar e entender o modo de organização da família no contexto colonial e escravocrata. Em sua obra

¹ Utiliza-se a concepção de gênero como “o sexo socialmente construído”, postulada por Barbieri (1993, p. 5).

² Para Weber (1965), chama-se patriarcalismo a situação na qual, dentro de uma associação fundamentalmente econômica e familiar, a dominação é exercida por uma só pessoa, o Patriarca, de acordo com algumas regras hereditárias fixas. Max Weber identifica o ordenamento patriarcal como motor da subordinação feminina.

Casa Grande e Senzala, publicado originalmente em 1933, ele aborda o período caracterizado pelo modelo senhorial e dos clãs parentais, que são referência da família patriarcal. Dessa forma, *o patriarca* constitui-se em um núcleo econômico de poder, afetando, além do seu círculo familiar, o ambiente social a sua volta.

Freire trouxe uma análise do modelo patriarcal, de fato, importante. Entretanto, de acordo com Correa (1993) e Barbieri (1993), a concepção de patriarcado freiriana permaneceu sem profundidade por não levar em consideração os demais aspectos que permeiam as relações desiguais entre os sexos/gêneros e, também, por não possuir valor explicativo. A ausência da profundidade na conceituação de patriarcado freiriana apontada pelas autoras expressa um fator específico de que não há separação entre dominação patriarcal e exploração capitalista (SAFFIOTI, 2004). O patriarcado se articula na modernidade ao advento do capitalismo, e, sendo assim, não se pode atribuir a gênese da violência contra as mulheres somente à herança patriarcal. São duas formas de produzir e reproduzir a vida a partir das relações de dominação e expropriação, em especial dos corpos e autonomia femininos (FONSECA, 1989; TOLEDO, 2003).

Levando em consideração o substrato material — o corpo —, existe a concepção de gênero como algo construído e fundamentado no sexo sobre o qual a sociedade atua (SAFFIOTI, 2009). O binômio dominação-exploração constitui a garantia de direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, em que há não só a dominação, mas também a exploração dos corpos femininos em diversos âmbitos. Dentro desse binômio, as relações entre os sexos se caracterizam por uma relação hierárquica de poder (SAFFIOTI, 2004).

O controle sobre os corpos femininos subordina-os numa apropriação não só física, mas ainda de sua força de trabalho, expressos tanto no patriarcado quanto no capitalismo, segundo Barbieri (1993, p. 9), “sem deixar que sua capacidade escape das amarras”. É essencial para a análise da subordinação feminina estudar as formas de organizações sociais, atentar para todos os níveis de relações e suas diversas expressões nas sociedades, entendendo que comparativamente, o homem é para a mulher aquilo que o capitalismo é para a classe operária (BARBIERI, 1993).

3.1 *A mulher e o debate sobre a política institucional*

O percurso da mulher na política institucional foi, e ainda, é repleto de obstáculos e resistência à participação feminina, em que *ser mulher* significou por muito tempo não ser cidadã. Consequentemente, participar e intervir na construção das leis que regem a sociedade e a elas se aplicava era algo irreal e utópico. O espaço público político restrito apenas aos homens resultava, intrinsecamente, em uma militância político-social enviesada.

Conquistas, lutas e revoluções pertenciam ao sexo masculino, e assim transcorreu até a Revolução Francesa. Apesar do maciço protagonismo masculino, a participação feminina foi muito mais importante do que se imagina. De acordo com Morin (2009)³, a presença das mulheres na cena política foi tolerada e até incentivada no início da Revolução.

A participação ativa das mulheres na Revolução Francesa teve um papel de extrema importância para o movimento feminista, além de ser um marco na luta feminina por direito à cidadania. O ponto inicial para a conquista de espaço político e legislativo é a militância. A tomada das ruas de forma organizada regeu e rege as conquistas que já aconteceram e que ainda estão por vir (MORIN 2009).

Outra forma de militância organizada se expressou através dos movimentos feministas. O feminismo é um movimento moderno e teve seu início com as lutas sufragistas que se espalharam de forma mais organizada na segunda metade do século XIX e início do século XX. O movimento sufragista se espalhou pela Europa e Estados Unidos, reivindicando direitos políticos ao voto (PINTO, 2003).

No Brasil, a virada do século XIX para o século XX até 1932 contextualizou os primórdios do movimento, quando as brasileiras ganharam o direito de votar. Pinto (2003), em sua obra *Uma História do Feminismo no Brasil*, discorre, *a priori*, sobre duas tendências identificadas no movimento: feminismo “bem-comportado” e a face “malcomportada”, bem como as vertentes que compuseram a transição entre as duas tendências e, posteriormente, aborda o pós-1968⁴.

³ Escritora e historiadora Tania Machado Morin (2009).

⁴ Período caracterizado pelo Regime Ditatorial Militar no Brasil (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

A primeira tendência e vertente, o feminismo “bem-comportado”, foi liderado por Bertha Lutz durante a década de 1920 e se constituiu de forma sólida e organizada. Essa primeira fase teve como foco a luta das mulheres pelos direitos políticos. Não se pode negar que a força do movimento estava associada a uma personalidade específica, que possuía conhecimento intelectual não disponível usualmente para o sexo feminino (PINTO, 2003).

A luta das mulheres cultas e das classes dominantes se estruturava a partir da luta pelo voto, devido ao respaldo encontrado entre os membros dessa mesma elite, adquirindo respeitabilidade dentro da própria conservadora classe política, um feminismo que agia sem questionar as bases das organizações patriarcais.

A segunda vertente — início do século XX — foi caracterizada pelo feminismo difuso, em que várias mulheres cultas — professoras, escritoras e jornalistas — se manifestaram através da imprensa alternativa, na qual o conteúdo abrangia um campo mais vasto de questões. Uma face menos comportada defendia a educação da mulher, criticando a dominação do homem e abordando em seus textos temas delicados para a época, como sexualidade e divórcio (PINTO, 2003).

Denominada de feminismo “malcomportado”, a segunda tendência abrangia a vertente difusa e, também, uma terceira vertente, que se manifestou no movimento anarquista, composto por mulheres trabalhadoras e intelectuais que adotavam uma postura mais radical e identificava a condição explorada da mulher decorrente das relações de gênero, colocando, também, a exploração do trabalho como tema central (PINTO, 2003).

O feminismo trouxe para a discussão política as questões que ainda eram vistas como especificidades do âmbito privado, rompendo com a dicotomia público-privado que fundamenta o pensamento liberal, direcionando o público ao Estado e às suas instituições, e o privado à vida doméstica, familiar e sexual, sem se conectar com a política (PINTO, 2003).

As feministas fizeram finca-pé em mostrar como as circunstâncias pessoais estão estruturadas por fatores públicos, por leis sobre a violação e o aborto, pelo status de “esposa”, por políticas relativas ao cuidado das crianças, pela definição de subsídios próprios do estado de bem-estar e pela divisão sexual do trabalho no lar e fora dele. Portanto os

problemas “pessoais” só podem ser resolvidos através dos meios e das ações políticas (PATEMAN, 1996, p. 47).

A inserção da mulher na política brasileira tem total conexão com o percurso feminista, em que as pautas iniciais eram focadas nos direitos políticos femininos: luta pelo voto e emancipação por voz ativa para construção das leis. Na Constituinte republicana de 1890, discutiu-se o direito de voto às mulheres onde, posteriormente, o projeto não foi aprovado. Entretanto a Constituição não proibiu explicitamente o voto das mulheres.

A Constituição definiu que “Art. 70 São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistarem na forma da lei” (Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1891). O legislador, ao se referir a “cidadão”, não se referiu ao termo universal para mulheres e homens, mas, de acordo com o senso comum, uma falta de cuidado em não excluir nominalmente a mulher abriu portas para várias mulheres exigirem o direito ao voto, uma brecha na lei (PINTO, 2003).

3.2 *O pioneirismo das norte-rio-grandenses*

O pioneirismo das norte-rio-grandenses no âmbito político-institucional se deu através da primeira eleitora do Brasil, Celina Guimarães Viana, uma professora na cidade de Mossoró, que requereu o alistamento em 25 de novembro de 1927, baseada no texto constitucional do estado que mencionava o direito ao voto sem realizar distinção de “sexo” (BRASIL, 2015).

No Brasil, a década de 20 fez parte de um período denominado República Velha (1889–1930), caracterizado pela Política do Café com Leite⁵. O liberalismo começava a tomar forma (TRINDADE, 2010), influenciando diretamente na luta sufragista, que se organizava na época em todo o País — liderada por Lutz — e, que, posteriormente, teria um grande impacto no Rio Grande do Norte (PINTO, 2003).

A regulamentação do direito ao voto cedido às mulheres potiguares ocorreu cerca de um mês após a Professora Celina se tornar a primeira mulher do Brasil a votar. O cenário político do RN era representado por José Augusto

⁵ Termo designado para se referir às oligarquias de Minas Gerais e São Paulo que comandavam o país econômica e politicamente (TRINDADE, 2010).

Bezerra de Medeiros, ocupando o cargo de governador. Ele seria substituído na administração estadual por Juvenal Lamartine de Faria no ano de 1928, por meio do auxílio e apoio de Bertha Lutz, que havia, também, interferido diretamente na implementação da Lei em questão: “No Rio Grande do Norte poderão votar e ser votados, sem distinção de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei”. (art. 77 das Disposições Gerais do Capítulo XII da Lei estadual n. 660) (RIO GRANDE DO NORTE, 2017).

O RN foi vanguarda, novamente, ao eleger a primeira prefeita do Brasil e da América Latina. Alzira Soriano lançou candidatura na cidade de Lajes pelo Partido Republicano, concorrendo ao cargo de Prefeita. Foi perseguida pela oposição e incentivada pela família a abrir mão da candidatura devido ao grande preconceito com a inserção de mulheres na vida pública (COSTA, 2012). Posteriormente, alcançou êxito ao eleger-se no dia 08 de setembro de 1928, com 60% dos votos (RIO GRANDE DO NORTE, 2016).

Foi assim que Alzira Soriano se torna, em 1928, a primeira prefeita da América Latina, quando foi eleita para ocupar o cargo no Executivo, na cidade de Lages, no Rio Grande do Norte. Na galeria das pioneiras muitas potiguaras ocupam espaço, como é o caso de Maria do Céu Fernandes, que fez parte do grupo das primeiras deputadas estaduais do Brasil. (FERNANDES, 2004, p. 10).

No mesmo ano, Joana Cacilda Bessa elegeu-se a primeira intendente municipal potiguar, com 725 votos, pelo município de Pau dos Ferros, agregando mais um título de pioneirismo ao Estado, como primeira vereadora eleita do Brasil (PAU DOS FERROS, 1928). No cenário nacional, as lideranças de São Paulo romperam aliança criada com Minas Gerais na Política do Café com Leite, resultando em um período de instabilidade econômica e política (TRINDADE, 2010).

A instabilidade econômica internacional e nacional repercutiu de forma intensa no Rio Grande do Norte, derrubando as receitas públicas. Sindicatos e imprensa opositoras foram silenciados. É nesse ambiente que grupos políticos ligados ao partido do governador Juvenal Lamartine antecipam os acordos [...] (TRINDADE, 2010, p. 189).

Insatisfeitos com o resultado das eleições presidenciais, os estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba lideraram o movimento armado —

Revolução de 30 — que resultou no impedimento da posse do presidente eleito Júlio Prestes, colocando fim ao período denominado de República Velha. Foi caracterizado, assim, um Golpe de Estado. Vargas assumiu o poder em caráter provisório no dia 3 de novembro de 1930 (ARRUDA; PILETTI; 2003).

Apesar de movimentar diversas estruturas econômicas e políticas no Brasil todo, “o processo que resultou na deflagração da Revolução de 1930 teve pouca significação no estado, mesmo o RN tendo sido o quarto estado a aderir ao movimento” (TRINDADE, 2010, p. 191). Todavia, além do mínimo envolvimento das forças políticas norte-rio-grandenses, Alzira Soriano deixa o poder Executivo concomitantemente à vitória da Revolução, retornando, posteriormente, para o âmbito público, durante a redemocratização do Brasil no ano de 1945 (COSTA, 2012).

A fragilidade desse período, caracterizado por diversas e constantes mudanças, afetou do âmbito público ao privado. A luta sufragista se deu durante tal conjuntura, ocorrendo de forma gradual e proporcional ao contexto socioeconômico em que estava inserida. Em 1932, durante o Governo Provisório, houve uma revisão da legislação eleitoral e a elaboração de um novo código eleitoral — Decreto n. 21.076, 24 de fevereiro — que regulamentou o alistamento e o processo eleitoral no país por meio de um novo código, que ampliou o direito ao voto “sem distinção de sexo”, garantindo, em nível nacional, o direito de voto às mulheres brasileiras (ARAÚJO, 2003).

No RN, a eleição de 1934 foi a mais violenta, até então (TRINDADE, 2010, p. 200). Em meio a tanta conturbação, Maria do Céu Fernandes de Araújo, nascida na cidade de Currais Novos, foi eleita em 14 de outubro de 1934 pelo Partido Popular, com 12.058 votos, a primeira mulher a ocupar o cargo de deputada na Assembleia Legislativa do RN e, por extensão, a primeira deputada estadual mulher no Brasil. Maria do Céu teve, no entanto, seu mandato casado em 1937 devido a várias discordâncias no Estado Novo (RIO GRANDE DO NORTE, 2017; RIO GRANDE DO NORTE, 2016).

Com a deposição de Vargas em 29 de outubro de 1945, o Estado Novo teve seu fim. Iniciou-se outro processo político de redemocratização. Após a queda de Vargas, Miguel Seabra Fagundes assumiu o governo potiguar num clima de tensão, havendo a proibição de manifestações por todo o país, incluindo no estado (LIMA, 2010, p. 96). A luta feminista foi posta à margem (PINTO, 2003).

O período intenso de grandes mudanças sociopolítico-econômicas ocupou grande espaço no cenário de lutas nacionais, além das várias transições de governo, como a volta de Vargas, em 1950, à Presidência da República, bem como sua morte em 1954. A morte de Getúlio Vargas deu lugar na Presidência ao norte-rio-grandense João Café Filho — que governou até novembro de 1955 —, cuja principal característica era a ambiguidade no modo de governar e seu caráter conservador. Em nível estadual, “no Rio Grande do Norte o quadro partidário era instável” (TRINDADE, 2010, p. 237).

No dia 2 de abril de 1964, o Golpe de Estado, apoiado pelas massas populares da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, foi consolidado. Foi o início de um novo governo, a Ditadura Militar, também denominada “Anos de Chumbo”. Segundo Trindade (2010), houve uma disseminação do confronto ideológico entre direita e esquerda no RN, em que a esquerda era liderada pelo prefeito Djalma Maranhão e a direita comandada pelo governador Aluísio Alves.

O golpe militar teve como características “um regime marcado por cassação de direitos políticos, censura, prisões arbitrárias, tortura, desaparecimento e exílio” (PINTO, 2003, p. 43). O AI-5 (Ato Institucional n. 5), em 1968, tornou ainda mais rígidas as relações políticas nacionais. Meio ao clima de censura, Mônica Nóbrega Dantas, natural de Acari-RN, casada com um Deputado, elegeu-se em 1966 pelo partido do PMDB. Foi a 2ª Deputada potiguar a ser eleita (RIO GRANDE DO NORTE, 2017; RIO GRANDE DO NORTE, 2016).

O feminismo brasileiro nasceu e se desenvolveu em um difícil paradoxo: ao mesmo tempo que teve de administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil, foi visto pelos integrantes desta mesma luta como um sério desvio pequeno-burguês (PINTO, 2003, p. 45).

No que tange às mulheres ocupando cargos político-institucional, Mônica Nóbrega Dantas foi a última norte-rio-grandense do período ditatorial a ser eleita até a redemocratização (RIO GRANDE DO NORTE, 2017; RIO GRANDE DO NORTE, 2016). A transição dos anos 80 para os anos 90 marcaram o período final da Ditadura Militar no Brasil, tendo como uma das principais características a recente abertura política (FERNANDES, 2004).

Segundo Fernandes (2004), o movimento organizado pelas Mulheres enxergou um caminho meio às diversidades, intensificando as reivindicações que objetivavam tomar seu papel enquanto sujeito político. A década de 80 foi assinalada por várias etapas referentes ao movimento de luta das mulheres no RN. A partir daí o que se segue é uma constante luta por direitos frente aos obstáculos.

4 APARTADAS: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA

Como dito anteriormente, no ano de 2016 o índice quantitativo de eleitorado do sexo feminino foi de 52% (RIO GRANDE DO NORTE, 2017), ou seja, o percentual de mulheres votantes é superior ao de homens. Em contramão, no mesmo ano, apenas 22% das candidaturas eram de mulheres e, posteriormente, 78% dos eleitos a cargos de vereador e prefeito eram homens. O percentual de 22% se repete, agora para mulheres eleitas, mas se estabelece uma contradição: apesar de o estado ser por várias eleições um dos estados que mais elege mulheres, há ainda um baixo índice de candidatas e principalmente eleitas.

Nessa perspectiva, os dados apontados confirmam que a garantia do direito ao voto feminino não foi suficiente para garantir uma atuação substantiva de mulheres na política institucional. De acordo com Miguel e Biroli (2014), o pensamento liberal tenta disseminar a ideia do voto como ponto de chegada definitivo, em que as lutas das mulheres na política se encerram. A partir das entrevistas realizadas foi possível identificar como a inserção e a atuação das mulheres na política institucional trava uma constante batalha contra as estruturas patriarcais-racistas-capitalistas, constantemente exercidas e principais responsáveis pelos baixos índices de inserção das mulheres no âmbito político,

Historicamente a política brasileira e, especificamente potiguar, é permeada por representantes políticos do sexo/gênero masculino. Segundo a entrevistada, que ocupa o cargo de deputada estadual, *“para o homem é natural; são dados espaços”* (M. M., deputada estadual). Tal fato foi apontado diversas vezes nas entrevistas como uma barreira que impede a participação mais ativa das mulheres na política institucional. Segundo as entrevistadas, há, também, a barreira das funções privadas, que são destinadas às mulheres e o exercer político considerado como uma ação naturalmente masculina.

Segundo Durham (2004), a divisão sexual do trabalho destinou as mulheres ao espaço privado, bem como a serviços relacionados ao cuidado com justificativas no biológico, havendo, então, a vinculação do homem à intelectualidade do mundo “político e público” (PERROT, 1995). De acordo com Engels (1884 *apud* MURARO, 1997), quanto mais as relações perdiam seu caráter primitivo por força do desenvolvimento das condições econômicas, mais as relações tornaram-se opressivas para as mulheres.

“Recentemente fiz uma audiência pública na câmara trazendo esse recorte: sobre ser menina no Brasil. Tem uma pesquisa da plan internacional⁶, é uma instituição de organização social que tem o recorte de gênero e aborda a discrepância: enquanto o menino está jogando, ou na sala de aula, a menina está fazendo o almoço do irmão. Tudo isso é muito enraizado na nossa cultura” (A. J., vereadora).

Tal divisão entre os âmbitos públicos e privados é perceptível através da fala da Vereadora A. J., que expressa a divergência na forma de educar meninos e meninas, de acordo com o sexo/gênero. Historicamente, quando as mulheres começaram a ocupar os espaços públicos, foram designadas a elas atividades — geralmente — relacionadas ao âmbito privado, associadas diretamente com o cuidado do espaço doméstico, com caráter de servidão.

As principais profissões das trabalhadoras, em termos percentuais, no ano de 1980, segundo o documento, eram: domésticas, 22,9%; funcionárias de escritório, 12,4%; lavradoras, 9,8%; e costureiras, 6,0% (FERNANDES, 2004, p. 110).

Além da dificuldade em se desprender do âmbito privado que lhe foi imposto, há a ambiguidade entre público e privado, em que a mulher, na maioria das vezes, ao inserir-se no domínio público, precisa conciliar ambos os espaços. Diferente disso, o homem possui o privilégio de, socialmente, não ser designado aos afazeres domésticos, e, nessa perspectiva, segundo Arruzza (2010), a efetivação da exploração e opressão da mulher se deu pelo processo de apropriação do trabalho de reprodução social desta pelo homem.

“Tem que ter a força de vontade, porque a mulher faz diversas atividades, e não é fácil. Você é cobrada pelo seu esposo, pelo seu filho. É

⁶ A Plan International é uma organização não-governamental humanitária, sem filiação política ou religiosa, presente em 70 países. Acesso em: <<https://plan.org.br/>>.

muito difícil. Eu nunca vou deixar de exercer o meu papel de mãe. A mulher quer entrar na política, [então] tem que conseguir dar conta. Infelizmente ainda se tem essas dificuldades” (M. E., vereadora).

O tempo que é destinado às atividades domésticas representa direta e indiretamente as relações de poder presentes no papel dito feminino e masculino, afetando diretamente a dinâmica do cotidiano das mulheres, submetidas a rotinas exaustivas (ÁVILA; FERREIRA, 2014). Sendo assim, é possível afirmar que o percurso da mulher, até a concretização de uma atuação político-institucional, constrói-se na desvantagem em relação ao homem, antes mesmo de almejar tal inserção.

É exigido das mulheres potiguares a capacidade de lidar com diferentes papéis, simultaneamente, em diversos domínios. Concomitante ao grande empecilho da imposição em desempenhar funções domésticas, de cuidado e de trabalho não remunerado, identificou-se que as mulheres que, mesmo diante de tais dificuldades, insistem em se inserirem na política institucional, experienciam uma forma específica de violência: a interrupção e anulação do seu discurso, tanto durante a tentativa de se eleger quanto pós sua inserção.

A dificuldade em obter espaço para falar e ser ouvida foi a situação que mais se repetiu dentre as sete entrevistas, tratando-se de um contexto político-partidário em que o discurso possui um papel essencial. Para Aristóteles, existem duas atividades que compõem a essência política: o discurso e a práxis. Na polis grega todos aqueles considerados cidadãos possuíam o direito ao discurso, e o homem que vivesse fora da polis, privado de contato com a linguagem humana, seria um *aneu logon* (PEREZ, 2005).

Sendo assim, o *aneu logon* define o homem privado do discurso, consequentemente, negado enquanto cidadão e sem direitos à práxis política. É possível realizar uma analogia ao comparar-se o local em que as mulheres ocuparam e ocupam em nossa sociedade, ao terem o direito de fala negado nos vários âmbitos. Apesar de se constituírem enquanto sujeitos inseridos na linguagem, às mulheres é destinado o silêncio.

“Porque na questão do discurso é onde você aparece, a população está ali lhe ouvindo, ouvindo suas propostas e seus pensamentos [...] estive nesse comício e só homens falaram [...] apesar de colocarem sempre em todo o discurso que a nossa chapa discute sobre gênero, tem homem

e tem mulher, e ninguém sequer deu a palavra a nenhuma mulher”
(P. V., vereadora).

Na fala das entrevistadas fica evidente o silenciamento, bem como, descredibilização da capacidade da mulher em executar a função que lhe é direito:

“Somos muito apartadas pelos homens; parece que incomoda. Sempre que tem uma sessão, um vereador interrompe a fala de uma vereadora, não concordam com a gente como se fôssemos erradas e eles certos. Como se a cabeça das mulheres não fosse pensante” (M. E., vereadora).

A descredibilização da capacidade das potiguares está relacionada a uma rejeição da figura feminina, que — por conseguinte — possui associação com a destinação das mulheres ao âmbito privado, anteriormente citado. De acordo com Boris (2004) alguns homens sentem-se desrespeitados e não conseguem conceber modificações que abalem a hegemonia do patriarcado (OSTERNE; SILVEIRA, 2012).

Os privilégios concedidos aos homens durante séculos de organização social são responsáveis pelos espaços político-institucionais serem ocupados majoritariamente pela figura masculina, enquanto a mulher que se arrisca em ir contra tal estrutura precisa *“ousar para poder ser escutada, poder ser vista”* (M. M., deputada estadual).

Há, então, a construção da necessidade de impor-se e reivindicar o direito de não somente falar, mas de não ser apartada. Percebe-se que ser mulher na sociedade e na política norte-rio-grandense é um exercício constante de subversão, numa intensa tentativa de obter igualdade enquanto cidadãs. A entrevistada P. V. deixa explícito em sua fala que *“as mulheres, em sua grande maioria, não são respeitadas como deveriam. As que se impõe, que têm voz, até que são, mas a grande maioria não é”* (P. V., vereadora).

De acordo com Bourdieu (2002), a visão de mundo em que o homem é posto como superior à mulher embasa os esquemas de dominação simbólicos. A simbologia de a primeira mulher eleita presidente⁷ do País ter sido tratada e acusada com termos de baixo calão, geralmente ferindo o seu corpo e sua sexualidade, representa perfeitamente a forma como a sociedade liberal, com heranças patriarcais, lida com mulheres em locais de poder.

⁷ Dilma Vana Rousseff, eleita em 2010, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) (DILMA..., 2010).

“Independentemente da questão política, houve sim várias situações de machismo contra a presença feminina. Foi evidenciada a postura machista de pessoas que não se conformavam que, naquele momento, havia uma mulher à frente da maior representatividade do país” (M. M., deputada estadual).

“Dilma foi a única mulher eleita presidenta na história do nosso país. É simbolicamente relevante que ela tenha sido destituída de forma completamente injusta e sob ataques machistas e misóginos de diversos tipos” (B. N., vereadora).

Todas as entrevistadas, quando questionadas a respeito do cunho misógino e machista do tratamento destinado a Dilma Rousseff, mesmo discordando dos motivadores políticos e econômicos, concordaram que tal ação foi violência moral contra essa presidente do Brasil, mas também contra todas as mulheres. Além do discurso social, há a propagação do machismo⁸ e misoginia através das instituições políticas e partidárias.

“Os homens são a maioria dos cargos eletivos do país, eles usam mais dinheiro em suas campanhas e têm um tratamento totalmente diferenciado pela mídia. Os homens também são maioria nos cargos de direção dos partidos e movimentos sociais [...] as chances de um homem se eleger no Brasil, de partida, já são maiores que de qualquer mulher. Se não temos as mesmas oportunidades, os direitos políticos não são iguais para todos e todas” (B. N., vereadora).

Sendo a porta de entrada dos cidadãos na militância político-partidária, a postura dos partidos potiguares — especificamente — foi bastante criticada. De todas as entrevistadas, 6 (seis) relataram algum tipo situação machista a qual foram submetidas pelos partidos políticos. Os fatores apresentados foram inúmeros, desde não fornecer espaço de fala durante o período eleitoral às candidatas até a falta de incentivo financeiro. *“Nós somos vistas pelos partidos apenas para compor o percentual de cotas. Eu comprovei isso quando estive em um comício e só homens falaram”* (P. V., vereadora).

A cota para partidos, em que se exigia uma quantidade mínima de 20% de mulheres lançando candidatura aos cargos legislativos municipais, só foi

⁸ De acordo com Osterne (2006), a tendência em naturalizar a subordinação feminina e a manutenção dos privilégios caracteriza o machismo.

conquistada em 1996 (FERNANDES, 2004). Atualmente, a cota é no mínimo 30% e no máximo 70% de vagas para cada sexo (RIO GRANDE DO NORTE, 2017). Entretanto as cotas não asseguram a inserção das mulheres, pois “a política de cotas para candidaturas de mulheres não surte efeito se não forem reservadas as vagas no próprio parlamento” (B. N., vereadora).

“A mulher ainda tem uma participação muito tímida na política, infelizmente tem que ter cotas para ocuparem espaço como candidatas. Muitas vezes os partidos políticos não conseguem atingir nem essas cotas e colocam mulheres que não são candidatas para suprir essa obrigatoriedade. Não sei até que ponto as cotas têm estimulado a participação das mulheres” (entrevistada 7).

Os partidos tendem a utilizar as mulheres para preencherem a obrigatoriedade das cotas, e, por ainda serem gerenciados por homens, acaba sendo deixada de lado a reflexão a respeito da importância em proporcionar espaços igualitários entre os gêneros. Emerge de forma urgente a necessidade em repensar medidas de políticas públicas que possam tornar-se efetivas, algo que as cotas não conseguem suprir.

4.1 O (re)despertar das potiguares?

O pioneirismo das mulheres no estado potiguar já foi amplamente abordado e explicitado durante a fundamentação teórica desta presente pesquisa. A questão latente é buscar entender o protagonismo, a ausência e o retorno das mulheres em lugares de destaque no âmbito da política institucional. Como já analisado nas categorias anteriores, vários são os fatores contribuintes para o atual baixo índice de eletividade das norte-rio-grandense.

“Vivemos no Nordeste brasileiro, onde muito fortemente existe a cultura machista, patriarcal, ainda cheia de preconceito principalmente com a representação feminina. Está mudando. A passos lentos, mas ainda existe” (M. M., deputada estadual).

Os dados acessados a partir da pesquisa documental realizada na Assembleia Legislativa e Tribunal Regional⁹ comprovam um considerável espaço de

⁹ Ambos os órgãos localizados na cidade de Natal–RN.

tempo entre o pioneirismo potiguar e uma retomada da participação de mulheres na política do estado, o período entre a eleição de Mônica Dantas, em 1966, e o ano 1986, em que o RN elege a sua primeira deputada federal, nascida na cidade de Mossoró, Vilma de Farias, pelo Partido Democrático Social (PSD).

A inércia de vinte 20 (vinte) anos sem uma potiguar conseguir eleger-se é um sintoma de toda a estrutura patriarcal-racista-capitalista que afasta as mulheres da política institucional. Todavia não se pode falar em um *(re)despertar*, uma vez que o movimento organizado de mulheres no estado reivindicando diversas demandas nunca esteve em baixa. Houve uma constante tentativa por parte das norte-rio-grandenses de ocuparem um âmbito que lhes foi negado durante décadas, o que se evidencia posteriormente com, mais uma vez, Wilma agregando um título vanguardista ao seu percurso político, em 2002, ao se tornar a primeira mulher eleita governadora do estado do Rn. 16 (dezesesseis) anos após sua primeira conquista (RIO GRANDE DO NORTE, 2017).

No mesmo ano, Fátima Bezerra elegeu-se deputada federal¹⁰ com 161 mil votos, uma das votações mais expressivas para o cargo até a época, e posteriormente, em 2010, obteve a quinta melhor votação proporcional do país, além de ter alcançado a maior votação que um deputado já recebeu no Rio Grande do Norte. Já em 2006, cerca de quatro anos após o pioneirismo de Wilma de Farias, Rosalba Ciarline chegou ao Parlamento como a primeira Senadora do estado.

Fátima Bezerra, em 2010, ao eleger-se deputada federal, obteve a quinta melhor votação proporcional do país e alcançou o maior índice de votação que um deputado já recebeu em toda a história norte-rio-grandense. Posteriormente, em 2011, Marcia Maia tornou-se a primeira mulher a assumir a presidência da Assembleia Legislativa (AL) do RN, em que, das 60 (sessenta) cadeiras ocupadas na AL, 59 (cinquenta e nove) pertenceram a homens (RIO GRANDE DO NORTE, 2016). Em 2018, Fátima Bezerra foi eleita no Rio Grande do Norte a governadora do Brasil com 57,6% dos votos, sendo a única mulher eleita em todo o país para o referido cargo (LEITE; OLIVEIRA; CUNHA, 2019).

Atualmente, as redes sociais têm sido uma das principais ferramentas utilizadas pelas mulheres candidatas e eleitas a cargos na política institucional no

¹⁰ Eleita representando o Partido dos Trabalhadores – PT (BRASIL, 2022).

RN, conforme mostra pesquisa intitulada “Mulheres, Política e Comunicação: as redes sociais como palanque de candidatas potiguares” (LEITE; OLIVEIRA; BELÉM, 2022). Segundo a pesquisa, o ambiente das redes sociais se apresenta como possibilidade de visibilidade para essas mulheres, que encontram diversos empecilhos ao tentar adentrar no espaço político-institucional.

Através dos dados apresentados é concebível considerar que, apesar da ausência de eletividade das potiguares durante anos nos espaços institucionalizados da política, a representatividade de uma mulher ocupando um cargo político-partidário consegue intensificar a luta de outras mulheres por espaço. Segundo a vereadora M. E., “*a gente serve de exemplo, eu dentro da minha própria comunidade*” (M. E., vereadora). A representatividade é um fator essencial, não só para incentivar o interesse e atuação das demais potiguares, mas também por possuir relação direta com as políticas públicas que beneficiam, cuidam e dão suporte às cidadãs do estado.

“Leis que garantem o direito pleno das mulheres, aumentam o despertar das mulheres. Onze anos de lei maria da penha vem encorajando as mulheres não só a denunciarem agressão, mas tornarem-se protagonistas de suas próprias vidas” (A. J., vereadora).

“Realizei um trabalho voltado para as políticas públicas fundamentado nas ciências sociais. Esse trabalho que fiz acredito que por ser mulher enquanto a Governadora da época era mulher, deu todo o apoio” (M. M., deputada estadual).

Além de haver representatividade, é necessário que haja militância, pois “a participação da mulher deve ser mais assertiva” (C. K., vereadora). As potiguares ocupando cadeiras na política institucional precisam estar cientes de seus papéis enquanto representantes, não só de toda a população do estado, mas de 52% especificamente que não estão em situações igualitárias. Apesar da tímida participação feminina, há a demonstração de uma latente retomada da política partidária pelas mãos das norte-rio-grandenses.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a relação entre representatividade, políticas públicas e participação ativa se constrói de forma dialética, sendo possível identificar que o aumento de mulheres na política institucional e, em específico, no legislativo

municipal do Rio Grande do Norte impactou em um maior índice de políticas públicas voltadas para as mulheres nas pautas legislativas, votadas e aprovadas.

A partir da análise dos dados foi possível identificar a relação direta entre o baixo índice de cadeiras parlamentares ocupadas por mulheres no estado do RN com as relações hierárquicas de gênero que permeiam as estruturas sociais, sejam elas no âmbito público e/ou privado, bem como sua direta relação com as estruturas patriarcais e racistas. Portanto, além da necessidade de assegurar a inserção das mulheres, é extremamente urgente repensar o espaço político institucional e partidário, para que seja um ambiente que assegure às parlamentares eleitas o direito pleno de efetivar seu exercício político, falar e representar a população. A luta não se esgotou na conquista do direito ao voto, ao passo que não se esgota com eleição das mulheres, visto que elas continuam sendo alvo de violências e relações desiguais, mesmo durante o exercício do mandato.

Tornou-se evidente que não é possível pautar a atuação e a inserção de mulheres na política sem atuar no enfrentamento dessas estruturas. Nessa perspectiva, entende-se que há limitações nas representações de mulheres na política institucional de forma geral, levando em consideração que não se pode afirmar que todas as eleitas, apesar de estarem comprometidas e cientes das dificuldades vivenciadas por serem mulheres, reconhecem que a subjugação que podem vivenciar é provocada por uma relação indissociável entre patriarcado-capitalismo-racismo.

Diante de tal configuração, afirma-se que é imprescindível o questionamento crítico perante as marcas patriarcais que se condensam nas desigualdades provocadas pelo modo de produção capitalista, para uma luta contínua por emancipação feminina. Considera-se que apenas dessa forma será possível superar o quadro insuficiente de representação feminina na política institucional brasileira e potiguar.

Abre-se a possibilidade de gancho para pesquisas futuras buscando solucionar essa pergunta. No que diz respeito às respostas encontradas, faz-se extremamente necessário afirmar que em uma luta diária e histórica, as mulheres potiguares marcham em busca de participação ativa na sociedade, clamando por inclusão, especialmente na construção das leis e efetividade da democracia.

6 REFERÊNCIAS

- ARRUZZA, Cinzia. *Feminismo e marxismo: entre casamentos e divórcios*. Lisboa: Edições Combate, 2010.
- ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. *Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres: SOS Corpo instituto Feminista para a Democracia*. Recife: Instituto Patrícia Galvão – Mídia e Direitos, 2014.
- BARBIERI, Teresita de. Sobre la categoria genero: una introduccion teorico-metodologica. *Debates em Sociologia*, São Paulo, n. 18, p. 145–169, 1993.
- BIROLI, Flávia. Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. In: RUBIM, Linda, ARGOLO, Fernanda (org.). *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador, BA: EDUFBA, 2018.
- BRASIL. *Mais mulheres na política*. Senado Federal. Procuradoria Especial da Mulher, Secretaria da Mulher. Ed. 2. Brasília, 2015.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Fátima Bezerra: biografia*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74037/biografia>. Acesso em: 22 abr. 2022.
- COSTA, Almir Nogueira. *Mossoró: nossa terra*. v. 2, Mossoró: Editora Sesc, 2012.
- DILMA Rousseff é a primeira mulher eleita presidente do Brasil. In: G1. Brasília; São Paulo, 31 out. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/dilma-rousseff-e-primeira-mulher-eleita-presidente-do-brasil.html>. Acesso em: 18 dez. 2022.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Trad. José Silveira Paes. 3. ed. Global: São Paulo, 1984.
- FERNANDES, Maria Rizoleta. *A história oficial omite, eu conto: mulheres em luta no Rio Grande do Norte de 1980 a 2000*. EDUFRN: Natal, 2004. p. 458.

- FERREIRA, Fernando Guimarães. A dialética hegeliana: uma tentativa de compreensão. *Revista Estudos Legislativos*, Porto Alegre, n. 7, p. 167–184, 2013.
- FONSECA, Claudia. Pais e filhos na família popular. In: D'INCAO, Maria Angela. (org.) *Amor e família no Brasil*. Contexto: São Paulo, 1989. p. 95–128.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal*. Círculo do Livro: São Paulo, 1986.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa *versus* pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. v. 22, n. 2, p. 201–210, 2006.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595–609, 2007.
- KERGOAT, Danièle. A relação social de sexo: da reprodução das relações sociais à sua subversão. Trad. Alain François. *Pro-posições*, v. 13, n. 1, p. 37, 2002.
- LEITE, Maria Laís S.; OLIVEIRA, Helena G. N.; BELÉM, Emanoella C. Mulheres, política e comunicação: as redes sociais como palanque de candidatas potiguares. In: GUILHERME, Willian Douglas. (org.). *Política em foco: debates e embates*. 1. ed. Curitiba-PR: Editora Bagai, 2022. p. 9–32.
- LEITE, Maria Laís S.; OLIVEIRA, Helena G. N.; CUNHA, Rocelly D. T. Mulher e política partidária no nordeste brasileiro: uma revisão integrativa. In: COLÓQUIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL E SENSIBILIDADES, 9., 2019, Caicó-RN. *Sertões: poder e representações*. Caicó: UFRn. 2019.

- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. EPU: São Paulo, 1986.
- MATTOS, Pedro Lincoln. A entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise. *Revista de Administração Pública – RAP*, p. 823–846, 2005.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MORIN, Tania Machado. *Práticas e representações das mulheres na Revolução Francesa-1789–1795*. 2009. 275 f. Dissertação (Mestrado em História Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2009.
- MURARO, Rose Marie. *A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. v. 1. São Paulo, Cortez Editora, 2006.
- OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira; SILVEIRA, Clara Maria Holanda. Relações de gênero: uma construção cultural que persiste ao longo da história. *O público e o privado*, v. 10, n. 19, p. 101–121, 2012.
- PAU DOS FERROS. Câmara Municipal. *Edital de 17 de outubro de 1928*. Reconhecimento de Intendentes Municipais no Triênio de 1929 a 1931. Natal, RN: ADCON. Disponível em: http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC000000000112004.PDF. Acesso em: 12 jan. 2022.
- PEREZ, Maurício Azevedo Hernandes. Hannah Arendt e a dicotomia entre o público e o privado. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, VIII, n. 21, maio 2005.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

- PIRES, Marília Freitas de Campos. Education and the historical and dialectical materialism. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, v. 1, n. 1, 1997.
- RIO GRANDE DO NORTE. Tribunal Regional Eleitoral do RN. *Biblioteca*. Natal-RN: TRE-Rn. 2017.
- RIO GRANDE DO NORTE. Assembleia Legislativa. *Resolução 055/2009*. Natal-RN: ALRn. 2016.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e violência masculina contra mulheres*. Brasil: FLACSO, 2009. (Série Estudos e Ensaios, Ciências Sociais).
- THALHEIMER, August. *Introdução ao materialismo dialético*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Editora do IFRn. 2010.
- ZAGO, Luis Henrique. O método dialético e a análise do real. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 54, n. 127, p. 109–124, jun. 2013.